

Por Ernani Fagundes

O aumento da expectativa de vida dos participantes pode levar entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão) a buscarem soluções em seguros diante da possibilidade das pessoas viverem por mais tempo.

"O mundo caminha para uma sociedade mais longa, uma pessoa poderá alcançar entre 100 e 120 anos de forma saudável. A discussão que está sendo feita é como a sociedade vai financiar isso", aponta o Nilton Molina, presidente do Conselho de Administração da Mongeral Aegon e membro do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

Na Europa e nos Estados Unidos, essa preocupação fez surgir nos últimos cinco anos um segmento que transfere o risco da longevidade (da possibilidade das pessoas viverem mais tempo) dos fundos de pensão para seguradoras, resseguradoras e investidores de títulos de vida (life bonds). No Brasil, o tema já está sendo debatido entre os reguladores e uma norma poderá ser anunciada até 2015 para disciplinar essa questão.

Segundo debate iniciado ontem como prévia do 35º Congresso Brasileiro de Fundos de Pensão que começa hoje, em São Paulo, se a cura de doenças graves como o câncer acontecer nos próximos anos, os passivos dos fundos de pensão de benefício definido (CD) podem aumentar entre 10% e 20% para fazer frente aos anos de vida adicionais dos participantes.

Segundo estudo divulgado ontem pelo presidente da resseguradora internacional Aegon Blue Square Re, Chris Madsen, a expectativa de vida de um homem brasileiro de 65 anos segurado atualmente - ou seja, com um plano de previdência - é de mais 25,5 anos e alcançará 29 anos até 2022.

Na prática mais de 90% das pessoas com 65 anos de idade hoje estará viva aos 85 anos. Entre os jovens, uma pessoa que nasceu entre 1975 e 2005 já teria que se aposentar pelo menos 6 anos mais tarde, ou seja, a idade mínima teria de passar atualmente para o primeiro benefício teria que subir de 65 anos para 71 anos.

"Na Europa surgiram pelo menos três soluções para atingir esse equilíbrio [entre passivos e ativos]: a transferência de todo o risco para seguradoras com a retirada do patrocínio [buy out]; o seguro de uma classe de ativos financeiros [buy-in]; e somente a transferência do risco de longevidade com um swap [troca] de indenização", disse Chris Madsen.

Na visão de Molina, os grandes fundos de pensão brasileiros (de estatais) não vão abrir do controle de seus ativos e talvez pudessem futuramente apenas aplicar em swaps de longevidade. "Já as entidades menores ligadas a patrocinadores de empresas privadas talvez busquem transferir riscos de longevidade e passivos para seguradoras", aponta.

Menor interesse de bancos

No entanto, segundo a diretora do European Insurance Solutions Group, do Deutsche Bank, Pretty Saggo, o número de bancos de investimentos interessados nesse segmento caiu desde 2009 devido as maiores exigências de capital (Basileia 3) feita pelos reguladores internacionais.

"Nós ainda podemos oferecer essa capacidade de absorver riscos, mas precisamos desenvolver o mercado de tomadores de riscos. O que fizemos até o momento está em nossos balanços", disse Pretty Saggo sobre as dificuldades de compartilhar esses riscos com outras instituições financeiras.

Em 2009, nove bancos de investimentos participavam desse segmento, entre eles estavam o JP

Morgan, UBS, Credit Suisse, RBS, BNP Paribas e Nomura. Agora, somente 3 ainda trabalham na área, o Deutsche Bank, o Societe Generale e o Goldman Sachs. "Um Bradesco também teria que repassar esses riscos no mercado internacional", disse Nilton Molina como um exemplo aleatório.

Volume e custos

No mercado desenvolvido, 18 grandes operações já foram realizadas desde 2009, sendo a maior a da GM em dezembro de 2012 (US\$ 29 bilhões), precificada em 110% do passivo. Em 2014, houve operações da Motorola (US\$ 4,2 bi), Bristol Myers Squibb (US\$ 1,4 bi), Visteon (US\$ 350 milhões), Aviva em 5 bilhões de libras, e AMF em 950 bilhões de euros. "Num swap (troca de indenização) de 10 anos, o pagamento máximo fixo de quem compra o hedge (proteção) estava em 2,8% ao ano", disse Saggo. O custo está relacionado a taxa real de juro.

Fonte: [Jornal DCI](#), em 12.11.2014.